
Estamos Vencendo? Os Descaminhos dos Estudos em Comunicação Alternativa e suas Consequências para as Análises de Conjuntura Progressistas¹

Carlos FIGUEIREDO²

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

Desde sua massificação, em meados da década de 1990, a internet foi tratada por diversos intelectuais como um espaço essencialmente democrático e emancipatório. O uso da internet pelo Exército de Libertação Zapatista do México, por ativistas alternomundistas no começo do Século XXI, e nos ciclos de protestos inaugurados em 2011 pela Primavera Árabe, e seguidos de Occupy Wall Street e Junho de 2013, fortaleceram a crença na inelutável vitória das forças progressistas a partir das redes. Mesmo após seguidos reveses, teóricos da comunicação seguem fortalecendo esse sentimento, e influenciando as análises de conjuntura de atores sociais progressistas. Este trabalho busca, a partir da Economia Política da Comunicação, apontar erros da abordagem tecnodeterminista, propondo seu abandono e substituição por outras práticas.

Palavras-chave

Redes Sociais; Comunicação Alternativa; Hegemonia; Fetiche; Ativismo Digital

1. Introdução

A partir de meados da década de 1990, com a popularização da Internet, uma grande quantidade de literatura teórica de cunho liberal foi produzida tendo como mote o potencial democratizante desse novo espaço de interação (CASTELLS, 1999; LÉVY, 2010). Esse enquadramento da questão seguiu pouco desafiado por muito tempo, apesar de existirem vozes liberais como Shapiro (1999) e Lessig (2006) que chamavam atenção para o fato de o código a partir do qual a internet era programada poderia se transformar em instrumento de controle dos usuários, assim como Bolaño (2000), marxista que criticou a crença tecnodeterminista. Também há autores como Downes e Mui (2000), que previram com indisfarçado otimismo que o *cyberspace* deveria ser encarado como um *marketspace*, o que acabou acontecendo.

Os levantes alternomundistas, em cidades como Seattle e Genebra, e o uso da internet feito pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) fortaleceram a crença na essência libertadora da internet entre os atores de esquerda. Durante os

1 Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC/UFS), Professor Substituto do Curso de Jornalismo da UFS, Membro do grupo de pesquisa Obscom/Cepos. E-mail: carlospfs@gmail.com

protestos alternomundistas, os manifestantes contrários à globalização se colocaram contra as reuniões de cúpula de entidades supranacionais como o G-7 e a OMC e sua falta de representatividade e responsividade perante os cidadãos dos diferentes países. Os alternomundistas foram capazes de usar a internet para contornar a cobertura da mídia corporativa. Surgiu a *Indymedia*, cuja seção brasileira ganhara o nome de Centro de Mídia Independente (CMI). A diversidade étnica e de gênero dos manifestantes, a desconfiança em relação a antigos espaços de militância esquerdista como partidos e sindicatos, o caráter lúdico das manifestações, a horizontalidade, uma nova forma de se comunicar, tudo apontava para um tipo diferente de ativismo progressista com práticas renovadas e desburocratizadas.

Os grupos alternomundistas trouxeram um conjunto de novidades que foram responsáveis por uma renovação nas práticas da esquerda. O sucesso da *Indymedia* em montar uma estrutura comunicacional alternativa à mídia corporativa mostrava um novo caminho para a comunicação de grupos de progressistas. Houve grande otimismo em relação a esses novos movimentos, a ponto de Ryoki e Ortellado (2004) publicarem um livro intervenção de título “Estamos Vencendo”, composto de uma série de fotografias e pequenos textos sobre a atuação do movimento alternomundista no Brasil.

Nesse momento, ganha força, como leitura da realidade, as teses marxistas heterodoxas de Negri e Hardt (2001) e conceitos como Império e Multidão são usados tanto na leitura da correlação de forças quanto nas estratégias de comunicação dos grupos de esquerda. No ápice da globalização, e do enfraquecimento dos Estados nacionais, Negri e Hardt substituem os conceitos de classe pelos termos império e multidão. Não seriam mais os proprietários dos meios de produção e agentes do capital financeiros, os agentes protagonistas da exploração capitalista, mas o Império, uma entidade metafísica cuja representação institucional seriam organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-7 (grupo composto pelas sete maiores economias do mundo), Organização das Nações Unidas (ONU) etc. O sujeito histórico da revolução não seria mais o proletariado ou qualquer outra classe explorada, mas a multidão que seria “a totalidade da sociedade, na vida humana, isto é, o conjunto da vida humana que é posta enquanto tal a trabalhar”. (NEGRI, 2015, p.58)³.

3. Críticas à Negri e Hardt no campo da comunicação foram feitas Bolaño (2002) e Figueiredo (2018 e 2019)

Na questão comunicacional, o paradigma de Hardt e Negri levou a uma crença de que o ativismo digital marcharia inelutavelmente para a realização de uma comunicação baseada no bem comum, livre dos “cercamentos” comunicacionais construídos pelos conglomerados de comunicação. Essa visão está expressa nos trabalhos de autores como Malini e Autoun (2013) e Bentes (2015), esta última criando o conceito de Mídia-Multidão, claramente inspirado no trabalho de Hardt e Negri. Esse paradigma ganhou ainda mais espaço após o ciclo de protestos ocorridos mundialmente em 2011 em que ativistas participantes de manifestações como Occupy Wall Street, 15M e Primavera Árabe utilizaram as mídias sociais de forma destacada. No Brasil, o mesmo ocorreu em 2013, com as jornadas de junho, em que coletivos de comunicação como o Mídia Ninja ganharam notoriedade devido a novos repertórios de protesto que faziam uso maciço das TIC.

A eleição de políticos de extrema-direita para os cargos máximos de países como Brasil, EUA, Polônia, e a derrota de forças progressistas em vários pontos da América Latina contaram com uso forte e competente de propaganda nas redes sociais digitais. Essa realidade fez com que a tese do “Estamos Vencendo”, que tinha como um de seus pilares a comunicação alternativa na Internet, envelhecesse mal. Entretanto, a força de propagação desse discurso continua presente na produção teórica recente no campo da comunicação e na forma como a esquerda se organiza e se comunica nas redes. Essa afirmação pode ser constatada em como as forças progressistas ainda são iscas fáceis para as operações de desinformação e decepção promovidas pelas forças de extrema-direita nas plataformas digitais.

O objetivo desse trabalho é apontar, a partir do marco teórico da Economia Política da Comunicação (EPC), como a extravagância dessas teorias podem afetar a Análise de Conjuntura (SOUZA, 2014) no planejamento comunicacional das forças progressistas. Para isso apontamos o fetichismo da utopia tecnodeterminista e como ela fortalece empresas como Google, Twitter e Facebook apesar de toda a crítica acadêmica de esquerda feita em torno da vigilância e do controle proporcionado pela coleta algorítmica de dados. Em seguida, introduzimos o conceito de análise de conjuntura e explicamos como os movimentos contra-hegemônicos podem utilizar os métodos ligados a esse conceito como ferramenta de organização e planejamento.

Por fim, demonstramos como o método de Análise de Redes Sociais é limitado para produção de dados capazes de subsidiar uma boa análise de conjuntura, criando uma imagem da disputa política que pode iludir as forças progressistas, levando-as a derrotas fragorosas. Analisamos, dois estudos de casos feito pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), um caso que envolve uma análise do alcance do termo “Temer Golpista”, logo após a aprovação do relatório do processo de Impeachment de Dilma Rousseff, no twitter, e outro que envolve casos de corrupção envolvendo o então presidente Michel Temer.

2. Tecnodeterminismo, Hegemonia e o Fetiche da Mercadoria

Como apontamos, há toda uma literatura teórica que celebra a Internet como um espaço essencialmente descentralizado e democrático, usando como justificativa a forma como este espaço foi construído para objetivos militares: uma rede descentralizada que seria utilizada para comunicação governamental e militar caso um ataque nuclear da antiga União Soviética atingisse a infraestrutura de comunicação estadunidense. Essa tese, de a-historicismo e falta de dialética assustadores, encontrou acolhimento tanto entre teóricos de orientação liberal quanto entre estudiosos que se dizem contra-hegemônicos. Ambos os grupos consideram que a Internet é essencialmente emancipatória, seja para emancipar as forças de mercado seja do ponto de vista da emancipação do gênero humano.

Entretanto, esse tipo de análise é inaceitável para os autores que defendem um marco teórico contra-hegemônico, uma vez que caem na armadilha do fetiche da mercadoria. A circulação de mercadorias é envolta uma névoa de forma que as relações sociais de produção, nas quais os homens se envolvem para que as trocas aconteçam, acabam ganhando a aparência de relações entre coisas “independentes de seu controle e de sua ação individual consciente”. O fato de que os produtos do trabalho humano ganham a forma de mercadorias que podem ser trocadas por um equivalente universal, capaz de mediar relações sociais de produção, acaba por encobrir uma série de relações históricas de exploração e domínio, fazendo com que pareçam exteriores à ação humana. “Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro, não é mais que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão” (MARX, 2013, p.167). Esta seria a “mágica do dinheiro”. É a partir desse processo que tem origem a hegemonia das classes proprietárias dos meios de produção sobre as despossuídas.

Kohan (2007), tentando ao mesmo tempo fugir de uma leitura economicista de Marx e puramente política de Gramsci, localiza no processo violento da luta de classes, e na necessidade de se atingir a paz para que as relações de produção se reproduzam, a chave de entendimento para a relação entre exploração econômica e dominação política. O contrato de trabalho se baseia na ficção jurídica de que tanto o capitalista quanto o trabalhador são dois homens livres. Segundo Kohan, a aceitação desse pressuposto vem da aceitação, por parte do trabalhador coletivo, da derrota na luta de classes no período de acumulação primitiva. A aceitação da derrota e o estabelecimento da paz, necessárias para a reprodução do capital seria possível apenas através de um processo de reificação da consciência do trabalhador, em que a lógica da mercadoria invade sua subjetividade. Tomando a teorização do Marx maduro como ponto de partida, temos um conceito ontológico de ideologia, como defendem Leal e Coutinho (2012), que pensam o conceito de reificação a partir de Lukács. Assim, partindo da ideia que o conceito reificação Lukácsiano é encarado como “uma deformação da consciência ‘socialmente necessária’ à reprodução do capital” e que o conceito gramsciano de hegemonia é “uma forma de garantir a existência de exploradores e explorados, ambos vão pensar a ideologia (reificação/hegemonia) como uma práxis que prolonga as condições de reprodutibilidade do capital” (LEAL e COUTINHO, 2012, p. 110)

Bolaño (2000) ao derivar o conceito de informação da forma-mercadoria retoma a ficção jurídica do contrato de trabalho. Assim, existe, no credo liberal, uma livre circulação de informações entre iguais, uma derivação da liberdade de negociação no contrato de trabalho entre capitalista e trabalhador. A fetichização das relações contidas na circulação da informação oculta, mais uma vez, todos os processos de exploração e dominação encontrados em sua circulação. É na falta de compreensão dessas relações fetichizadas que caem os defensores do caráter essencialmente emancipador da Internet. É a fonte de uma série de erros que levam ao tecnodeterminismo, ou seja, a ideia que as tecnologias comandam a transformação social e não o uso que a humanidade faz dessas tecnologias criadas pelo trabalho humano.

A fetichização é a origem, por exemplo, de erros de avaliação como o que Morozov (2011, p.XIII) chama de ciberutopismo, “uma crença ingênua na natureza emancipatória da comunicação online que descansa em uma recusa obstinada de reconhecer suas desvantagens”, e ao solucionismo (MOROZOV, 2018), a ideia de que

para cada problema da humanidade uma nova tecnologia será criada para resolvê-lo a partir da “disrupção” que, na verdade, serve para privatizar serviços e relações sociais que não eram atingidas pelo mercado. Ou seja, um processo de reificação das relações sociais se pensarmos com Lukács. Como demonstra Morozov, esse processo cria novos problemas como monopólios, financeirização e precarização do trabalho. Além disso, a visão fetichizada das plataformas, como lembra Morozov (2011), teve como maior efeito servir de publicidade grátis para as empresas que as possuem. Tanto o ciberutopismo quanto o solucionismo estão presentes em teorizações sobre ativismo e Internet, causando equívocos desastrosos de análise da conjuntura.

3. Análise de Conjuntura: Ponto Cego das Pesquisas em Comunicação Alternativa

As pesquisas em comunicação alternativa ignoram o papel dos veículos de comunicação contra-hegemônicos na organização e planejamento das ações dos movimentos sociais. Raramente existem nessas pesquisas uma análise mais acurada da conjuntura ou, aparentemente, a preocupação em como determinadas teorizações vão repercutir na práxis dos movimentos sociais ligados à comunicação ou comunicação de movimentos sociais. Pelo contrário, observa-se um deslumbramento pela novidade. Algo muito comum, por exemplo, em estudos envolvendo a Mídia Ninja e outros coletivos, como podemos perceber em Malini e Autoun (2013) e Bentes (2015), cujos estudos apenas ratificam a novidade e a grandiosidade dos feitos desses grupos sem qualquer avaliação crítica.

Tais movimentos parecem influenciar o trabalho desses autores, que, por sua vez, parecem ter pouca influência nas ações desses coletivos. Entretanto todo grupo político, seja um movimento, sindicato ou partido, faz algum tipo de análise de conjuntura com maior ou menor precisão, utilizando informações provenientes dos mais diferentes campos: academia, meios de comunicação de massa, pesquisas internas, interações interpessoais etc. (SANTIAGO e MORAES, 2014). Portanto, esses trabalhos podem ter sido utilizados por coletivos ligados à comunicação no sentido de confirmação da estratégia adotada.

“A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse” (SOUZA, 2014, p.7). Sendo assim, não há análise de conjuntura neutra. De

acordo com Santiago e Moraes (2014, p.12), “a palavra conjuntura indica a relação que cada força, cada componente do quadro geral mantém entre si e com o quadro onde atua. A conjuntura está intimamente ligada ao ambiente histórico, sempre em movimento, no qual acontece determinada ação”. Dessa forma, o analista de conjuntura não pode se dar ao luxo de trabalhar com perspectivas essencialistas e a-históricas que não consideram que a realidade está em constante movimento, guiado pela ação e interação de forças humanas.

Ao buscar construir um pequeno manual conceitual e metodológico para que militantes de partidos e movimentos progressistas usem na sua *práxis* cotidiana de análise de conjuntura, Herbert de Sousa (2014) vai propor o uso das seguintes categorias: acontecimento, cenários, atores, relações de forças e articulação (relação) entre “estrutura” e “conjuntura”. Sousa (2014, p.10) diferencia acontecimento de fatos. Nem todo fato é um acontecimento, apenas “aqueles que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa”. Ou seja, acontecimento, para Sousa, é uma categoria relativa, e a avaliação de que determinado fato seja acontecimento depende do grupo envolvido. Já cenário para Sousa é o espaço, que compreendemos como não necessariamente geográfico, onde se desenrolam as lutas sociais como parlamentos, praças etc. A categoria “atores” é usada por Sousa (2014, p.12) para designar “um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia”.

A categoria “relações de forças” ou correlação de forças para Santiago e Moraes (2014, p.12) é o entrelaçamento de um “conjunto de forças que agem e interagem, no tempo e no espaço, e influenciam e às vezes determinam os fatos que irão acontecer”. “Ou seja, o peso e a influência que cada componente da realidade exerce sobre o fato em análise”. (SANTIAGO e MORAES, 2014, p.13). Por fim, a categoria “articulação (relação) entre ‘estrutura’ e ‘conjuntura’”. De acordo com Silva (2014, p.307), “[A] estrutura refere-se aos elementos mais estáticos e a conjuntura aos elementos mais dinâmicos”. As estruturas se movimentam muito lentamente em comparação com as mudanças conjunturais. Articulando essas categorias analisaremos, as análises de acontecimentos políticos feitos pelo Labic a partir de interações no twitter. Acreditamos

que pelo alcance social do trabalho de seus pesquisadores e análises, que são constantemente citadas em meios de comunicação, o Labic seja uma importante fonte de informação para movimentos sociais e outros atores políticos.

4. Os limites da Análise de Redes Sociais como Método de Análise Política

Para avaliar como os estudos e teorias sobre comunicação alternativa podem influenciar no fornecimento de subsídios informacionais para a Análise de Conjuntura de movimentos sociais e outros atores políticos, vamos avaliar as análises produzidas no âmbito do Labic de acordo com as categorias propostas por Souza (2014) para a prática da análise de conjuntura. Sendo assim avaliamos dois casos analisados pelos pesquisadores do Labic: (1) a difusão do termo Temer Golpista logo após a aprovação do relatório do processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), processo este que levaria o então vice-presidente Michel Temer (MDB) a assumir o cargo de presidente mais adiante, e (2) o caso de vazamento de áudios de uma conversa entre Joesley Batista, um dos proprietários da empresa produtora de proteína animal JBS, e o então presidente Michel Temer.

As análises do Labic usam o método chamado de Análises de Redes Sociais (ARS) feito a partir de softwares que mapeiam as interações de perfis em sites de redes sociais, apontado os nós e arestas, e fazendo análises semânticas a partir de termos utilizados por diversos atores. “Um ator, em análises de redes sociais, refere-se ao indivíduo ou coletivo de indivíduos considerados como nós das redes”, enquanto o “nó da rede, assim, é uma representação dos atores da rede social escolhida” (RECUERO, BASTOS e ZAGO, 2014, p.54). A ARS, de acordo com Recuero, Bastos e Zago (2014, p.39) é “uma abordagem de cunho estruturalista das relações entre os atores e sua função na constituição da sociedade”. Recuero, Bastos e Zago (2014, p.39) afirmam que “o foco da ARS está no estudo das estruturas dos grupos”, e, “diferentemente da estatística convencional, a ARS se utiliza de dados relacionais ao invés de atributos individuais”.

Recuero, Bastos e Zago (2014, p.109-10) reconhecem que há limitações no método por este ser extremamente empírico, o que impede grandes extrapolações teóricas. O caráter relacional dos dados também é um limite, principalmente se comparado com as pesquisas quantitativas do tipo survey (questionário) cujo objetivo é

“descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social” (RICHARDSON, 2009, p.189). Pesquisas do tipo survey utilizam amostras estaticamente relevantes de indivíduos, capazes de representar uma determinada população. Além disso, podem trabalhar com conjuntos grandes de variáveis, possibilitando que o pesquisador faça correlações entre dados como idade, renda, escolaridade, gênero, etnia, afinidade ideológica etc. A ARS é capaz de oferecer ao pesquisador o retrato das interações de uma rede social, mas não há possibilidade de obter informações dos indivíduos como classe, estrato de renda, escolaridade etc., tornando o método um instrumento limitado para a prática da Análise de Conjuntura.

Nosso primeiro exemplo de análise feita pelo Labic é o caso da alcunha de “golpista” que o então vice-presidente Michel Temer ganhou após a aprovação do relatório do seu processo de impeachment em 16 de abril de 2016. Apesar da análise puramente descritiva, Fábio Malini, autor do texto, intitula sua análise de “Temer ‘golpista’: vai ficar na história” devido ao grande número de críticas ao político do MDB, que subiria ao poder após conclusão do processo de impeachment de Rousseff em agosto daquele ano. O autor baseia sua análise em um grafo que expõe as interações dos perfis de Dilma, que interage majoritariamente com uma rede de comentaristas de cunho mais popular, principalmente eleitores petistas. Enquanto Temer interage com perfis institucionais como seu partido, a Câmara e o Senado, e com aliados como o então presidente do Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; Fiesp e um instituto pertencente ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Outro subsídio é uma nuvem de termos ligados a Temer como Golpista, Vergonha, Golpe.

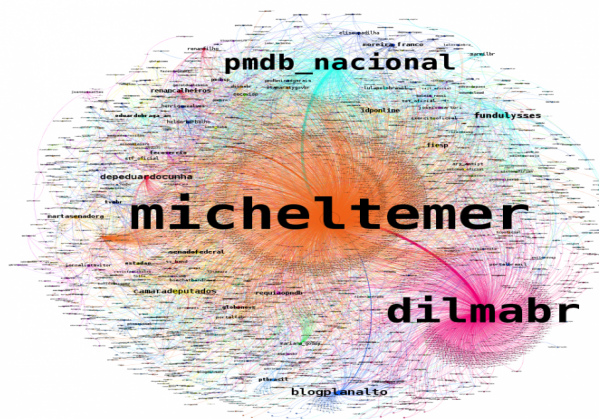


Figura 1: Gráfico de Interações "Temer Golpista".

Fonte: Labic.net

Malini detectou poucos comentários de perfis reais defendendo o então vice-presidente. Esses elementos levaram o autor da análise à seguinte conclusão “Seja lá o que ocorrer, esses vocábulos históricos não se separarão do vice-presidente. E tudo indica que essa rede anti-Temer continuará embicando pra cima, uma vez que as redes de esquerda estão aquecidas e, dificilmente, arrefecerão após a decisão sobre o impeachment” (MALINI, 2016). Aqui há um erro na avaliação do cenário onde se dava a disputa que, naquele momento, não se passava mais nas ruas e nem nas redes sociais, mas nas trincheiras parlamentares e legais com a posterior prisão de Lula. As ruas e as redes já haviam sido ganhas pela direita, e a esquerda não dava sinais de iria retomá-las brevemente. As forças de esquerda continuaram perdidas até o fim do mandato do Temer, que conseguiu governar e aprovar projetos impopulares no parlamento mesmo com sua popularidade não passando de um dígito na maior parte do seu mandato.



Figura 2: Nuvem de Termos.

Fonte: labic.net

A análise prossegue com lugares comuns como “[O]s comentários nas postagens demonstram que Temer tem recebido uma sobrecarga interativa de críticas, vinculando sua imagem à narrativa do golpe, alcunha que dificilmente vai desgrudar do vice-presidente” (MALINI, 2016). Há uma falsa impressão de que a esquerda dominava as redes, quando na verdade, a direita mais radical não precisava mais ostentar esse domínio e nem prestar apoio a Temer. Pelo contrário, Temer seria tratado pela rede de extrema-direita como uma continuação do governo Dilma. Segundo esse raciocínio, o eleitor votou em chapa composta por Dilma, como presidente, e Temer, como vice. Assim, a responsabilidade cívica pelos erros de Temer enquanto presidente recairia sobre os ombros eleitores petistas. Não é uma conclusão intelectualmente honesta, mas

que teve repercussão no senso comum. A alcunha Temer “Golpista” entrou para história, claro. Mas também é um registro histórico da falta de estratégia da esquerda para atuação em redes digitais e da ausência de uma boa leitura da realidade por estes atores políticos. Por fim, Malini parece tomar por acontecimento algo que para a conjuntura daquele momento não passava de um mero fato.

A segunda avaliação envolve o vazamento do áudio de uma conversa entre Joesley Batista, empresário do Grupo JBS, e Michel Temer que veio a público em maio de 2017. Durante a conversa Batista sugere que está pagando propina ao ex-deputado Eduardo Cunha, preso por corrupção, para que Cunha não trouxesse à tona as negociações envolvendo o impeachment de Rousseff. A resposta de Temer foi “Tem que manter isso, viu?”. Seria a comprovação de que Temer era, no mínimo, conivente com esse tipo de corrupção. A primeira análise de título “Após denúncias, Fora Temer e Diretas Já unificam redes sociais”, na verdade é a reprodução de um texto de autoria de Lula Marques (2017), publicado no site do PT, mas que utiliza grafos feitos por Fábio Malini.

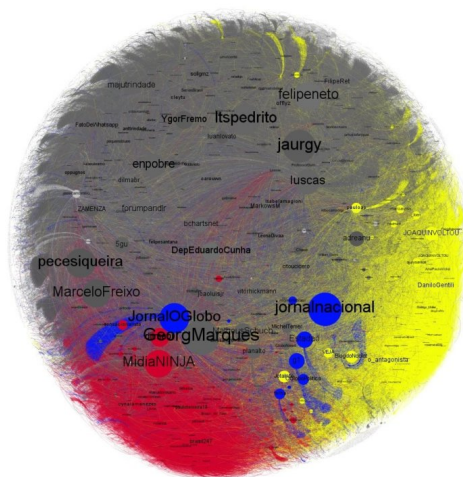


Figura 3: Perfis #ForaTemer.

Fonte: Labic.net

A análise de Malini dava conta de que o anseio pela saída de Temer, através de processo de impeachment, unificaria esquerda e direita. Mais uma vez Malini comente erros parecidos aos vistos no primeiro caso avaliado aqui. O cenário da luta não era o twitter e nem mesmo as ruas, mas o parlamento e o judiciário. E tampouco parece que a direita teria se arrependido do apoio ao impeachment de Dilma. O apoio era à retirada

do PT, e não a Temer, que segundo a narrativa dos atores que apoiaram o impeachment, era um produto dos acordos firmados pelo próprio PT.

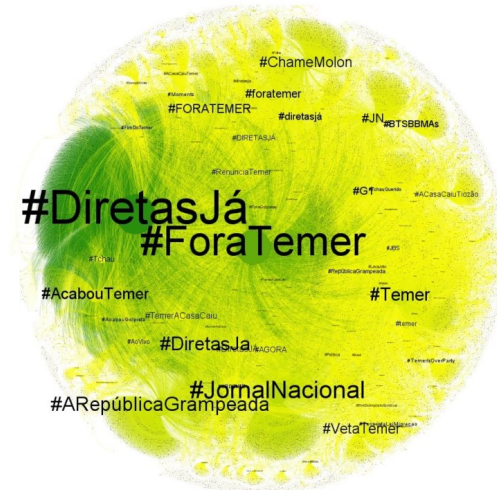


Figura 4: Hashtags #ForaTemer. Fonte: Labic.net

A seguinte declaração consta no texto: “[D]e acordo com o coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) Fábio Malini, ao jornal ‘O Globo’, tanto os perfis considerados pelo pesquisador como independentes quanto de esquerda ou de direita pedem a saída do golpista” (MARQUES, 2017). O texto, publicado originalmente no site do PT, traz ainda a seguinte declaração: “as denúncias envolvendo o presidente golpista Michel Temer unificaram as redes sociais no Brasil, pedindo a saída do usurpador e eleições diretas para a Presidência da República” (MARQUES, 2017). Se tal texto é publicado no site do grupo de pesquisa, que poderia escrever suas próprias análises, isso pode ser tomado como um endosso à leitura da realidade feita pela propaganda do PT. Uma análise, como já fora explicado, deveras equivocada. Tanto o método de análise de dados quanto a análise do movimento da conjuntura feita pelos pesquisadores do Labic são incapazes de subsidiar qualquer tipo de análise de conjuntura.

Conclusão

Neste trabalho expusemos o que consideramos descaminhos dos estudos sobre Comunicação Alternativa na Internet. Consideramos que pela influência dos autores analisados, suas teorias e análises acabam por influenciar os atores políticos

progressistas em suas comunicações. Guiados por teorias tecnodeterministas, que alimentam uma visão fetichista em relação às TIC, essas análises teóricas e empíricas acabam levando os atores progressistas a aderirem a estratégias derrotistas. Nunca se tratou de uma luta entre Multidão e Império, mas de uma luta entre diferentes classes e frações de classe por hegemonia. Algo intangível para as teorias e métodos criticados nesse texto.

Um bom exemplo é a afirmação de Bentes de que cobertura colaborativa feita pela Mídia Ninja em 2003 obtinha “picos de milhares de pessoas online, algo inédito para uma mídia independente. Nesse sentido, a comunicação é a própria forma de mobilização” (2014). Um tom triunfalista muito próximo à tese do “Estamos Vencendo”. Como apontado em Figueiredo (2019), a extrema-direita venceu a disputa pelo significado de 2013, o que acabou culminando com na eleição de Bolsonaro. Bentes (2018) reconhece que algo de errado aconteceu. “Tudo o que fabulamos sobre a potência da cultura digital, sobre a apropriação tecnológica por muitos, se efetuou pelo seu avesso. 2018 é um anti Junho de 2013, ou sua face mais sombria”.

A eleição de Bolsonaro não é um anti-junho de 2013, mas o resultado das disputas que aconteceram a partir daquele momento. A representação da derrota que talvez alguns queiram seguir não enxergado por não terem escutado o conselho de Zizek aos manifestantes do Occupy Wall Street. “Um dos perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nos lugares ocupados” (ZIZEK, 2012, p.15). Essa paixão por si mesmo a que Zizek se refere, envolve também a relação fetichista que ativistas e teóricos mantêm com as TIC, e que mantém a hegemonia das ideias nas mãos das classes dominantes. Teses como “[A] comunicação é central na sociedade de redes. Se o capitalismo é comunicacional, a revolução terá que ser também midiática” (BENTES, 2014) são um bom exemplo disso.

Retornaremos à pergunta do título. Estamos vencendo? A resposta parece clara, pois vivenciamos diretamente uma derrota amarga. Mas é preciso construir novas estruturas comunicativas capazes de disputar o senso comum, e tal ato envolve organização, planejamento. “Uma política construída a partir da análise conjuntural trabalha no terreno do possível”, como lembram Grayson e Little (2017, p.73), e um momento de crise global como a que vivemos “podem transformar o equilíbrio

subjacente de formações sociais diferentes de modos dramáticos” (GRAYSON, 2017, p.66). Como Maquiavel (2002), analista político que influenciou Gramsci, pregava é preciso ter virtú para aproveitar os movimentos da roda da fortuna. Para isso, é preciso organização, planejamento, ou seja, análise de conjuntura para se antecipar ao adversário.

Referências

BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão**. Estéticas da Comunicação e Biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

_____. Respeitosamente Vândala. [Entrevista concedida a] Eduardo Numomura. **Cult**, n° 188, Ano 17, pp. 7-10, 2014. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed790_respeitosamente_vandala

_____. As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia. **Revista Cult**. 24 out 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/>. Acesso 08 set 2020.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Sociedade da Informação: reestruturação capitalista e esfera pública global. **Estudos de Sociologia**, v. 5, n. 8, 2000.

_____. O Império Contra-ataca. **Portal Eptic**. Aracaju. 2002. Disponível em: <http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2014/12/textdisc3.pdf>. Acesso em 20 jun 2016

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 72, p. 145-152, 2000.

DOWNES, Larry; MUI, Chunka. **Unleashing the Killer App**: Digital Strategies for Market Dominance. Boston: Havard Business School Press, 2000.

_____. From Tactical Media to Coded Activism: Techno-determinism and Strategic Fails in Media Uses by Brazilian Progressive Social Movements in Bolsonaro's Electoral Victory. *Democratic Communiqué*, v. 28, p. 66-82, 2019.

GRAYSON, Deborah; LITTLE, Ben. Conjunctural analysis and the crisis of ideas. **Soundings**, v. 65, n. 65, p. 59-75, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KOHAN, Néstor. Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista. *Tempos Históricos*, v. 10, n. 1, p. 15-70, 2007.

LEAL, Carlos Alberto Salim; COUTINHO, Eduardo Granja. Reificação e hegemonia: uma aproximação. *Revista Novos Rumos*, v. 49, n. 1, 2012.

LESSIG, Lawrence. **Code**. Version 2.0. Cambridge: Basic Books, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua**. Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais. Porto Alegre, Sulina: 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion**. The Dark Side of Internet Freedom. New York: Public Affairs, 2011.

_____. **Big Tech**. A Ascensão dos Dados e a Morte da Política. São Paulo: Ubu, 2018

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. São Paulo: Record, 2015.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes Sociais para Mídia Social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2009.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. **Estamos Vencendo**. Resistência Global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

SANTIAGO, Claudia; MORAES, Reginaldo Carmello. **Como fazer análise de conjuntura**. Brasília: CNTE/ESFORCE, 2014.

SILVA, Luiz Eduardo Prates da. Metodologia de análise de conjuntura. **Estudos Teológicos**, v. 28, n. 3, p. 305-315, 2014.

SHAPIRO, A. L. **The Control Revolution**: How the Internet is Putting Individuals in Charge and Changing the World we Know. New York: Public Affairs, 1999.

SOUZA, Hebert José de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

ZIZEK, Slavoj. O Violento Silêncio de um Novo Começo. In: **Occupy**. Movimentos de Protestos que Tomaram as Ruas. São Paulo: Boitempo/Carta maior, 2012. pp. 15-25.

Relatórios do Labic

MALINI, Fábio. Temer “golpista”: vai ficar na história. Disponível em: <http://www.labic.net/blog/pesquisa/temer-golpista-vai-ficar-na-historia/>. Acesso em 25 ago 2020.

MARQUES, Lula. Após denúncias, Fora Temer e Diretas já Unificam Redes Sociais. LABIC. 18 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.labic.net/blog/internet-2/apos-denuncias-fora-temer-e-diretas-ja-unificam-redes-sociais>. Acesso em: 20 ago 2020.